

Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno

Afonso de Albuquerque

Foi num domingo de carnaval, há 40 anos: sentei-me diante da maquininha de escrever portátil e produzi um livreto de poucas páginas, que fiz imprimir, na quarta-feira de cinzas, sob o título de “Regras de Redação do *Diário Carioca*”. Era, enfim, a reforma da técnica jornalística brasileira que eu trazia, há oito anos, engasgada na garganta. (Sousa, 1990).

É com estas palavras que Pompeu de Sousa descreve a sua contribuição para o processo de modernização da imprensa brasileira na década de 1950. Trata-se de um relato que tem como centro a noção de *excepcionalidade*. Excepcionalidade do gesto fundador, que demarca as fronteiras entre um “antes” e um “depois”, entre a “barbárie” e o jornalismo “civilizado”. Excepcionalidade dos responsáveis pelo gesto, por sua consolidação no *Diário Carioca* e ampliação para outros jornais: Pompeu de Sousa, para começar, mas também seus colegas na direção do jornal, Danton Jobim e Luis Paulistano, respectivamente o secretário de redação e o chefe de reportagem do jornal, e ainda a “geração de ouro” formada a partir desse gesto inicial, com destaque para o “viveiro de focas” que Pompeu de Sousa formou em torno da instituição do copidesque. Excepcionalidade do momento, enfim. A modernização pelo *lead se* faz no contexto dos “anos dourados” da “Era JK”, que demarcam o advento da modernidade industrial no país. Além disso, essa excepcionalidade é caracterizada pelo próprio carnaval, o ritual brasileiro de inversão da ordem por excelência (Da Matta, 1979).

Neste texto, sustento que as características desta narrativa permitem caracterizá-la antes como um relato mítico – e mais especificamente como um mito de origem – do que como uma descrição historiográfica, no sentido rigoroso do termo. Esta linha de raciocínio encontra muitos pontos em comum com o argumento desenvolvido por Marialva Barbosa (2007) que caracteriza esta narrativa como o “mito da modernização”. De acordo com ela:

A década de 1950 passa à História pelas narrativas dos próprios homens de imprensa como o momento mais singular de sua trajetória, quando uma série de mudanças introduzidas no processo de produção dos

jornais diários transforma inteiramente a face do jornalismo que se faz no País. Começa aí, no dizer desses atores sociais, a nova imprensa brasileira.(206: 222)

O mito comporta diferentes definições, das quais algumas apresentam ganchos interpretativos para a nossa análise. A primeira parte do texto discute três destas definições: o conceito de “mito de origem”, tal como apresentado por Eliade, a categoria “mito da Idade do Ouro”, tal como discutido por Girardet, e a noção de mito como “idéia-força”, desenvolvida por Sorel, tendo em vista a sua aplicabilidade à nossa análise. A segunda parte se concentra nas três categorias de personagens que desempenham um papel central nos relatos sobre a criação do jornalismo moderno no Brasil: os predecessores, os criadores da Reforma, e suas criaturas, cuja atuação teria modificado para sempre o jornalismo no país. A parte seguinte tem por objeto o relato das ações que cercaram a criação do moderno jornalismo brasileiro. Elas são entendidas como estruturadas em três atos – a criação das Regras de Redação, a seleção de jovens “puros” para a execução da tarefa e a instituição da reforma através do copidesque – que, juntos, servem como síntese da cosmogonia do moderno jornalismo brasileiro.

VERSÕES DO MITO

O que significa tomar o relato sobre a criação do jornalismo brasileiro moderno, na década de 1950 como um mito? Certamente, não se trata de algo simples, dada a pluralidade de sentidos a que o termo “mito” está associado. Frequentemente o mito tem sido definido de maneira negativa, em oposição a alguma outra coisa – a verdade, a modernidade, a história – sendo usualmente considerado como uma versão “inferior” ou um correspondente “exótico” dela. Para fins deste texto, o mito será considerado como uma forma de conhecimento estreitamente relacionada à prática, e que se estrutura em torno da categoria de *exemplaridade*. De um modo ou de outro, o mito incita à ação, compreendida como repetição de um modelo consagrado.

Não raro, este modelo se refere a acontecimentos ocorridos em um passado remoto, situado para além do tempo histórico. Esta característica é ressaltada nos estudos que Mircea Eliade dedicou ao mito. Em *O mito do eterno retorno*, ele se concentra no papel que os mitos de origem desempenham na ontologia das chamadas “sociedades arcaicas”, ou seja, o modo como os membros destas sociedades definem a si mesmos em relação ao mundo. Nelas, “tudo o que não possui um modelo exemplar é ‘desprovido de sentido’, isto é, não possui realidade” (1985: 49). Os atos do ser humano não têm significado em si mesmos: “(t)udo o que ele faz já foi feito. A sua vida é uma repetição ininterrupta de gestos inaugurados por outros” (1985: 19), em

um tempo mítico, sagrado. Segundo Eliade, tal concepção não é exclusiva das “sociedades arcaicas”. Na modernidade, porém, ela se vê deslocada por uma concepção linear do tempo, em torno do qual o homem histórico se define.

A persistência da lógica do mito nas sociedades modernas tem sido objeto de um conjunto esparsa de análises, dentre as quais destaco o livro *Mitos e mitologias políticas*, de Raoul Girardet, pela sua pertinência em relação às questões que tratamos de discutir aqui. Tendo como objeto o estudo da vida política francesa nos dois últimos séculos, Girardet explora quatro grandes conjuntos mitológicos: a Conspiração, a Idade de Ouro, o Salvador e a Unidade. Destes, é o conjunto mítico da Idade de Ouro que mais se aproxima do tema que discutimos aqui. A sua característica fundamental é a idealização de um tempo “puro” do passado, uma versão laica do jardim do Éden. Este passado não se encontra necessariamente distante. Diante do ritmo acelerado das mudanças que caracteriza as sociedades modernas, a idealização do passado pode se referir a períodos relativamente recentes.

Um terceiro sentido relativo ao mito emerge do livro *Reflexões sobre a violência*, de Georges Sorel. Diferentemente dos outros dois autores, Sorel não considera o tema sob uma perspectiva acadêmica, mas na condição de teórico da revolução. O ponto que nos interessa especificamente diz respeito à reflexão que Sorel desenvolve acerca do “mito da greve geral”. De acordo com Sorel, a greve geral não deve ser considerada em função do seu “valor de verdade”, isto é, se ela efetivamente poderá acontecer ou não num futuro concreto, mas com base em seu poder de mobilização da classe operária, através da “construção de um futuro indeterminado no tempo”, isto é, como “idéia-força”. Em suas palavras:

Devemos julgar os mitos como meios de agir sobre o presente. Toda descrição sobre a maneira de aplicá-las no curso da história é desprovida de sentido. É apenas o conjunto do mito que importa; suas partes não oferecem interesse senão pelo relevo que dão à idéia contida na construção (1992: 145).

As três concepções acima jogam luz sobre aspectos muito distintos do mito. Eliade destaca o seu deslocamento em relação ao tempo histórico, que se configura em um discurso sobre um passado *excepcional*, bem como o modo como ele se apresenta como um *modelo* para a ação no presente. Girardet enfoca o modo como este discurso sobre o passado é retomado na modernidade: em um contexto de contínua transformação das condições da existência, o mito da Idade de Ouro alimenta um sentimento de *nostalgia* em relação ao paraíso perdido; Sorel, enfim, destaca o mito como um recurso de *mobilização* social e política, cuja eficácia simbólica depende da sua capacidade de evocar imagens simples e poderosas, capazes de direcionar a

ação coletiva. Tomados em seu conjunto, estes aspectos permitem trazer luz sobre o discurso que identifica na reforma do *Diário Carioca* o momento de fundação do moderno jornalismo brasileiro.

O aspecto mais notável do discurso que identifica a reforma do *Diário Carioca* como o momento de fundação da modernidade jornalística no país é a sua ubiqüidade. Trata-se de um modelo explicativo extremamente bem sucedido, que tem reinado de modo quase absoluto tanto no meio acadêmico quanto nos discursos que permeiam o meio profissional dos jornalistas. Consistentemente, os relatos existentes enfocam um mesmo elenco de personagens, descrevem um mesmo repertório de ações por eles realizadas e dão conta de um mesmo conjunto de conseqüências que delas teriam resultado.

OS PERSONAGENS

Os personagens da reforma podem ser divididos em três categorias. Em primeiro-lugar se situam os seus *predecessores*, isto é, os jornalistas que atuavam no período anterior da reforma, cujo modo de atuação foi afetado por ela. Em segundo lugar encontram-se os *criadores*, os protagonistas da reforma, cuja intervenção teria modificado irreversivelmente o jornalismo brasileiro. Um terceiro conjunto de personagens corresponde às *criaturas* da reforma, ou seja, o novo tipo de jornalistas que surgiu como resultado dela.

Os jornalistas que antecederam à reforma são invariavelmente descritos em termos pejorativos, apresentados como tecnicamente despreparados e moralmente desqualificados, ou, dito de forma mais simples, como “boêmios” e “picaretas”. O período em que eles predominaram pode ser bem descrito como correspondendo ao caos primordial que antecede à instauração da verdadeira ordem pelos heróis fundadores. A ênfase na precariedade técnica destes jornalistas tem no seguinte texto um de seus inúmeros exemplos:

muitos dos repórteres, alguns com longo tempo de profissão e experiência na coleta de informações, não apenas não dominavam a técnica jornalística que estava sendo introduzida como jamais a dominariam: simplesmente não sabiam escrever. Textos chegavam com erros de regência, concordância, ortografia, às vezes contraditórios ou ininteligíveis (Lage, 2002: 59)

Essa deficiência técnica generalizada encontrou no “nariz de cera” o seu símbolo máximo. Segundo Pompeu de Sousa “(t)odo jornalista que estava em atividade representava um vício. O vício era exatamente o *nariz de cera*” (1990b). Mas o que era exatamente o nariz de cera, e o que ele tem de tão terrível, a ponto de

Sousa ver nele um estigma inextirpável? O jornalista José Ramos Tinhorão apresenta uma definição:

Recurso herdado do fato de a maioria dos jornalistas ser recrutada desde o século XIX entre os literatos e políticos (que também incursionavam pela literatura) o *nariz-de-cera* constituía uma espécie de preparação do clima para o desencadeamento da notícia propriamente dita (1990: 24)

Para ilustrar o que diz, Tinhorão apresenta uma hipotética comparação de como um caso de assassinato seria narrado segundo as convenções do jornalismo moderno – uma narrativa enxuta e centrada nos fatos mais importantes – com um relato no estilo “nariz de cera”: linear na ordem de apresentação dos acontecimentos, estruturado de forma a produzir um suspense e um tipo de efeito poético, como, no seu exemplo, “ao ser o corpo do inditoso jovem trasladado para o Instituto Médico Legal, sobre o mármore frio da mesa ainda estava a sua última cerveja”. Ao que tudo indica, o principal defeito do “nariz de cera” diz respeito ao seu estilo, julgado arcaico, pomposo e excessivo, muito antes que a quantidade ou qualidade das informações por ele veiculadas ¹.

Os defeitos desses jornalistas primitivos não se limitavam à técnica, contudo. Eles diziam respeito, antes de tudo, a questões éticas: eles eram acomodados, tinham vários empregos e usavam o título de jornalista para obter vantagens pessoais (Lage, 2002). Alberto Dines é definitivo: “[q]uem eram os velhos daquela época? Não eram os jornalistas; chegavam lá e escreviam uma coisinha. Não eram jornalistas profissionais” (*apud* Ribeiro, 2003).

Quanto aos *criadores*, os responsáveis pela reforma do *Diário Carioca*, os relatos existentes se concentram na atuação de uma trinca de jornalistas: Pompeu de Sousa, Danton Jobim e Luis Paulistano. A cota de atenção e importância atribuída a cada um deles difere enormemente, contudo. Chefe de Redação e autor das *Regras de Redação do Diário Carioca*, Sousa é, dentre os três, aquele a que geralmente cabe o maior destaque, frequentemente identificado como o verdadeiro *autor* da reforma. A autoridade para implementá-la é frequentemente associada a dois elementos da sua biografia: a experiência como jornalista nos Estados Unidos durante a Segunda Grande Guerra, principalmente, e a experiência como docente do curso de jornalismo da Universidade do Brasil, como assistente de Danton Jobim, em segundo. É importante observar que, através de entrevistas e textos de sua própria autoria, Pompeu de Sousa foi o único, dentre os três, que ofereceu consistentemente a sua versão acerca do processo de reforma, o que pode ter colaborado para acentuar a impressão do seu protagonismo

Danton Jobim, por sua vez, desempenha o papel de *mentor* do processo. Jobim era, duplamente, um superior hierárquico de Sousa. Como Editor-Chefe do *Diário Carioca*, em primeiro lugar, mas também como catedrático do curso de jornalismo da Universidade do Brasil (tendo Sousa como seu assistente). Alguns textos disponíveis situam a sua importância em pé de igualdade com a de Sousa. Como por exemplo, no seguinte trecho:

É praticamente impossível — e no mínimo injusto — falar da imprensa brasileira sem tocar nos nomes de Danton Jobim e Pompeu de Souza [sic]. Igualmente complicado é separar um do outro para contar a história do jornalismo no país. Os jornais que você lê hoje têm muito a ver com a revolução que eles, em simbiose intelectual, fizeram nos anos 50. (Kallàs; Dume, 2004).

Silva (1992) e Melo (2005) são dois autores que destacam a importância de Jobim na reforma do *Diário Carioca*. Segundo Silva, “[s]ua passagem pela direção do *Diário Carioca* transformou a face da imprensa brasileira, introduziu-a na modernidade” (1992: 14). O modo como Jobim afetou a reforma do jornal é uma questão pouco explorada. Os relatos de Pompeu de Sousa (1988 e 1990) e de Andrade não fazem qualquer referência ao seu papel no processo. Ao que parece, a sua importância teria acontecido antes no plano da inspiração geral do que da condução efetiva do processo. Em termos concretos, o apelo a ela parece se fazer para demonstrar “que a experiência acadêmica de dois professores do Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil [...] – o catedrático, Danton Jobim, e seu assistente, Pompeu de Sousa, – foi fundamental nesse processo” (Lage *et al*, 2004: ?). Em última análise, mais do que a reforma do jornal em si, o destaque à figura de Danton Jobim parece estar ligado a uma tentativa de legitimá-la como uma consequência da interpenetração entre o ensino universitário e a prática de jornalismo.

A influência de Luis Paulistano no processo de reforma do *Diário Carioca* é descrita em termos bem mais concretos. Ele não é um autor, nem um mentor da reforma, mas um braço direito, um *realizador* secundário. Chefe de Reportagem do jornal, é a ele que teria cabido a tarefa de selecionar os novos profissionais que renovariam o jornalismo brasileiro. A sua participação é destacada, dentre outros, por Pompeu de Sousa: “Com a ajuda dele montei meu time de focas e com esse time de focas fiz a reforma” (1990: 22). A ele seria atribuída também a criação do *sublead*, “deixando a marca brasileira nesse novo estilo” (Mendez, 2006). O valor moral e profissional deste personagem, contudo, é controverso². Jânio de Freitas credits a ele a principal responsabilidade pelo fato de o *Diário Carioca* ter se tornado “a melhor escola de jornalismo da imprensa brasileira”: “Ele era um jornalista absolutamente excepcional, com sensi-

bilidade para a reportagem e muito talento como redator e editor” (1996: 57). Outros ex-subordinados o descrevem em termos bem menos favoráveis, tanto no plano moral como no profissional. No plano moral, Evandro Carlos de Andrade o descreve como um alcoólatra “que passava a tarde inteira me chamando para ir ao boteco” (2003: 24). Lage aparentemente se refere a ele quando diz:

No entanto – e me custa a escrever os parágrafos que se seguem – meu primeiro chefe, com quem trabalhei por alguns meses [...] passava no Zico, o banqueiro de bicho que era dono de um bar na Praça Mauá, e apanhava dinheiro; levei-o uma vez; para a casa de um conjunto proletário, onde vivia com mulher e filhos (2002: 58).

Do ponto de vista da sua capacidade técnica, o retrato pintado por Evandro Carlos de Andrade também não é dos melhores, como demonstra o seguinte trecho da sua entrevista:

Era novembro de 1953, um sábado. Pompeu de Souza era o chefe de redação, chegou lá de tarde e perguntou: ‘O que temos aí, Paulistano?’ Era sempre assim: ‘O que temos aí?’, para o dia seguinte. Paulistano respondeu: ‘Tem um foca que deixou esta matéria aqui’. Pompeu pegou, não leu, chegou para o Armando Nogueira, que era o principal redator, e disse: ‘Armando, reescreve’. Era automático. No *Diário Carioca* reescrevia-se tudo o que era um pouco a cabeça do Paulistano (2003: 23).

Um último conjunto de personagens importantes do mito se refere às suas *criaturas*, isto é ao conjunto de novos jornalistas que foi formado por ela e se tornou responsável pela difusão dos seus princípios fundamentais. Incluem-se neste grupo os nomes já citados de Evandro Carlos de Andrade, Jânio de Freitas, José Ramos Tinhorão e Nilson Lage, além de Armando Nogueira, Thiago de Melo e Ferreira Gullar, dentre outros. Mais do que a lista de nomes individuais, porém, o que importa, do ponto de vista do mito, são os rótulos utilizados para apresentá-los como um grupo. Tratava-se de uma “geração de ouro”, cuja virtude profissional e moral se opunha diametralmente a de seus antecessores, novos e puros – “gente zero quilômetro” (Sousa, 1990b) em oposição aos velhos e viciados jornalistas “do passado”.

AS AÇÕES

De modo geral, as narrativas elaboradas acerca da reforma do *Diário Carioca* tendem a destacar três momentos fundamentais: 1) a criação de normas, nas Regras da Redação; 2) a seleção de um conjunto de jornalistas “puros”, isto é, não contaminados pelas práticas do jornalismo passado; 3) a montagem e o funcionamento do copidesque como instância de renovação e purificação da prática jornalística.

A CRIAÇÃO DAS NORMAS

Pode-se dizer que os discursos enunciados acerca da criação das *Regras de Redação do Diário Carioca* o situam em um plano temporal mítico, situado para além do tempo histórico, como o demonstra o trecho a seguir:

O trabalho começou no Carnaval de 1950. Em sua casa, durante os quatro dias de folia carnavalesca, Pompeu de Sousa, então chefe de redação do *Diário Carioca*, redigiu o primeiro manual da redação, o *style book*. Caía por terra o texto caricaturado, com nariz-de-cera, partidário e panfletário, para nascer o texto informativo e objetivo, ensinado até hoje nas salas de aulas das universidades brasileiras. (Mendez, 2006:?)

O tempo descrito neste relato se configura como mítico em razão de duas formas principais. Em primeiro lugar, há o tempo do ato criador propriamente dito: as regras foram elaboradas no Carnaval, período que, na sociedade brasileira, se caracteriza pela suspensão temporária das normas que regem a vida cotidiana. O Carnaval é tempo de festa e afastamento das rotinas do trabalho, um período de descanso e de licenciosidade. Pompeu de Sousa, contudo, “abriu mão de se entregar ao Carnaval e começou a elaborar o primeiro manual da Imprensa brasileira” (Machado, 2003: 8). Duas lições derivam daí. A primeira é que Sousa teve que deixar de lado o tempo ordinário da feitura do jornal nas salas de redação, para se dedicar à tarefa extraordinária de transformar esta atividade. A segunda é que, ao fazê-lo em prejuízo do seu sagrado tempo de descanso e confraternização, ele deu ao processo um caráter suplementar de sacrifício, o que o legitima ainda mais.

O segundo aspecto é a ênfase que este, como tantos outros relatos, deposita na ruptura absoluta entre um antes e um depois, um traço que Eliade define como característico dos mitos de origem: “[c]aía por terra o texto caricaturado”; “era uma vez o nariz-de-cera”. O manual implanta, de um só golpe, a modernidade no jornalismo brasileiro e, de um dia para o outro, todo o jornalismo que se praticava até então perde todo o seu sentido.

Paralelamente ao tempo, o espaço também se faz objeto de uma construção mítica nos relatos sobre a fundação do jornalismo moderno brasileiro pelo *Diário Carioca*. Isto acontece de dois modos principais. O primeiro se refere ao relato sobre a reforma como o produto de uma aproximação inédita entre o ensino acadêmico e o aprendizado profissional do jornalismo. É no âmbito deste discurso que ganha importância a ênfase na parceria entre Pompeu de Souza e Danton Jobim – este último apresentado como o “[p]rimeiro scholar brasileiro no campo da comunicação” pelo Dicionário do portal Pensamento Jornalístico Brasileiro – como responsável pela transformação do jornalismo brasileiro. Segundo uma versão, “Pompeu

confessou que apenas compreendeu as normas do estilo jornalístico moderno em 1949, quando lecionava, como assistente de Danton Jobim, na Universidade do Brasil” (Lage *et al.*, 2004).

O segundo tema, concernente ao espaço presente nos relatos sobre a modernização do jornalismo brasileiro, diz respeito à relação que se estabelece entre ele e modelos provindos do “estrangeiro”, principalmente dos Estados Unidos³. O “estrangeiro” (e particularmente o universo dos “países desenvolvidos”) se constituiu como um lugar mítico importante da cultura brasileira, como um todo, e com o jornalismo não é diferente. Na virada do século XIX para o século XX, e particularmente após a proclamação da República, a França se convertera no principal referencial da vida cultural brasileira, e isto incluía os jornalistas, que se viam como literatos e sonhavam em participar de uma *République de Lettres* (Sevcenko, 1983). A influência francesa no jornalismo era facilitada pelo fato de, pelas regras do cartel mundial de agências de notícias que vigoravam então, a agência francesa Havas deter o controle do mercado sul-americano, dentre outros (Palmer, 2003; Rantanen, 2006).

No período que se seguiu à Segunda Grande Guerra, a influência francesa já se encontrava em pleno declínio, e os Estados Unidos surgiam como candidato mais promissor a substituir o seu lugar. Não apenas o país assumira o papel de superpotência econômica e política (na qualidade de guardião do “Mundo Livre”), como se valia ativamente dos meios de comunicação como recurso na busca da supremacia mundial. Entre 1945 e 1952, por exemplo, seções do setor das comunicações e do governo realizaram um esforço sistemático no sentido de exportar o modelo legal americano relativo à liberdade de expressão (Blanchard, 1986). Na verdade, este movimento já havia sido esboçado durante a Guerra, com a criação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) em 1940 (Tota, 2000). Os esforços promovidos pelo OCIAA incluíram financiamentos para viagens de jornalistas brasileiros aos Estados Unidos, dentre os quais Pompeu de Sousa.

Os relatos sobre a criação do jornalismo moderno brasileiro usualmente apresentam Pompeu de Sousa como um mediador entre o mundo modelar do jornalismo americano e o mundo profano do jornalismo brasileiro. Como observou Nelson Rodrigues, ele mesmo um jornalista pouco simpático à reforma do jornalismo: “Pompeu trouxe para cá o que se fazia nos Estados Unidos: o *copy-desk*. Começava a nova imprensa.” (1977: 65). No mito grego, Prometeu trouxe para os homens o fogo roubado dos deuses (e, como se sabe, pagou um preço muito alto pelo seu gesto). Sousa trouxe o *lead* e o copidesque, mas o fez com o beneplácito de seus poderosos criadores. Mas ele não o fez de modo mecânico. Sousa descreve nestes termos, o processo:

Foi assim que criei a ‘galinhagem’ da reforma da técnica jornalística no Brasil. Nada mais simples, um verdadeiro ovo de Colombo: peguei alguns *style books* de jornais americanos, fundi o que me pareceu melhor de cada um, adaptando à índole e ao gosto de nossa língua e, pronto, estava implantada no Brasil a técnica jornalística baseada no *copy desk*, para a definitiva substituição do ‘nariz de cera’ pelo *lead*. (Sousa, 1990a).

A DIFUSÃO DO EXEMPLO

O ato criador não poderia ter prosperado se, pouco depois, um grupo de seguidores não tivesse sido criado com a incumbência de difundir e consolidar a mensagem. O segundo movimento da criação do jornalismo, portanto, se traduz na seleção de um tal grupo de jornalistas. Para que eles pudessem levar a cabo a sua tarefa, seria necessário que fossem dotados de qualidades especiais, que os distinguissem dos demais. Que qualidades eram estas? O traço mais recorrentemente destacado pelos relatos diz respeito à sua inexperiência e juventude, ou, nos termos de Pompeu de Sousa, “gente zero quilômetro”. Longe de representar um problema, a juventude dos jornalistas se constitui como uma pré-condição para viabilizar a tabula rasa do jornalismo, tal como descrita pelos relatos correntes. O que se oculta atrás da inexperiência dos recrutas responsáveis pela reforma é a sua *pureza* fundamental. Somente um grupo de jornalistas imaculados poderia ser capaz de levar a cabo uma tal reforma.

É razoável propor que a relação entre o herói da reforma do jornalismo brasileiro, Pompeu de Sousa, e seus discípulos se baseia em uma autoridade de tipo carismático (Weber, 1971), que se sustenta fundamentalmente nas qualidades excepcionais do líder, emuladas pelos seus discípulos. No relato de Sousa, o vínculo entre eles se constrói em termos fundamentalmente pessoais:

Eu entrevistava cada candidato a redator, a repórter. Via se o ‘cabra’ tinha jeito para a coisa. Então, pegava um exemplar das Regras e dizia: ‘Vá para casa, leia com atenção e volte daqui a dois dias para fazer um teste’. Foi assim. (Sousa, 1990b: 22).

Através do exemplo, o caráter extraordinário do mestre pôde se difundir entre seus discípulos: “Éramos uma equipe muito exigente no estilo, talvez porque estivéssemos imbuídos de um certo espírito de causa: estávamos revolucionando a imprensa” (Sousa, citado por Lage *et al.*, 2004). Mais do que uma mera redação, o *Diário Carioca* criara uma “verdadeira escola” de jornalismo, um “viveiro de focas”, base da “geração de ouro” que mudaria para sempre a história do jornalismo brasileiro.

A excepcionalidade constitui o traço marcante desta geração, que a distingue de todas as demais, anteriores e posteriores. O depoimento de Alberto Dines deixa isso claro, bem como suas conseqüências:

Então você tem duas tendências se confrontando: o pessoal do mercado, a garotada, um copia o outro, um denuncia o outro, denuncia o que o outro denunciou, e ninguém faz um jornalismo mais denso, e você tem a geração mais velha, que é extremamente crítica. Extremamente crítica. Por quê? Porque o que a garotada estava fazendo – eu era da garotada – era muito respeitado pelos outros. (*apud* Ribeiro, 2003)

Identificamos aí as bases de um argumento baseado no carisma, na excepcionalidade dos jornalistas da geração da década de 1950. Este argumento identifica a prerrogativa de desenvolver legitimamente novas experiências no campo do jornalismo como pertencente a uma geração, e somente a ela, e nega às demais o direito de deixar a sua marca.

O COPIDESQUE OU A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NOVO JORNALISMO

A terceira etapa do processo de construção do moderno jornalismo brasileiro aponta para a institucionalização do novo modelo. É neste sentido que a figura do *copy desk* vai revelar toda a sua importância. O uso do termo “copy desk” (grafado de inúmeras maneiras, como *copydesk*, *copy-desk* ou, na forma abreviada, como “copidesque”), parece causar um certo incômodo entre alguns comentaristas do jornalismo brasileiro. Alberto Dines, por exemplo, menciona que “o uso da expressão copy-desk para designar o profissional que trabalha na mesa de copy é uma das mais enraçadas influências do jornalismo americano sobre o brasileiro” (citado em Silva, 1991: ?). Na verdade, os jornalistas americanos também se referiam ao copidesque como uma função, ou como um lugar de trabalho fundamentalmente associado a uma função. Nerone & Barnhurst (2001) descrevem o surgimento do copidesque no jornalismo americano como tendo se desenvolvido a partir da separação do trabalho editorial (a sala de redação) do trabalho mecânico (gráfico) no jornalismo. O copidesque era o lugar de revisão do texto e do seu arranjo gráfico.

A originalidade da reforma promovida por Pompeu de Sousa no *Diário Carioca* foi dar àquilo que, no jornalismo americano, tinha um valor simbólico menor o lugar de coração ideológico da sala de redação. O copidesque do *Diário Carioca* não se limitava a uma revisão técnica, mas tinha como objetivo central promover uma padronização do estilo textual das notícias e, mais do que isso, se tornar a base

de apoio para uma transformação global no *ethos* do jornalismo brasileiro. Sob o subtítulo “As razões do *copy desk*”, Lage descreve um conjunto bastante diversificado de problemas que a sua criação teria ajudado a eliminar: escrita deficiente, coleta preguiçosa desinformações, abuso do *status* de jornalista para fins pessoais, facilitação de práticas delituosas etc.

O ponto a se destacar é que a “revolução” do *Diário Carioca* associou a técnica jornalística ao texto, antes que à reportagem. Isso fica muito claro quando Lage afirma que “muitos dos repórteres, alguns com longo tempo de profissão e experiência na redação (...) não dominavam a técnica que estava sendo introduzida” (2002: 59). A desvalorização do repórter em comparação com o trabalho no copidesque fica clara no depoimento de Maurício Caminha de Lacerda, feito em 1958:

Há falta de bons repórteres. O emprego do *copy desk*, que vem sendo adotado por todos os órgãos da imprensa, é uma das causas dessa deficiência. Geralmente os repórteres que escrevem bem deixam a reportagem geral para trabalhar com *copy desk*, ganhando salários mais elevados. É sem dúvida uma nova classe que se forma dentro das redações dos jornais (*apud* Ribeiro, 2007).

A definição do jornalista como alguém que, sobretudo, escreve de maneira competente – isto é, se vale de fórmulas textuais adequadas, tais como o *lead*, a pirâmide invertida e a narrativa em terceira pessoa distanciada, além de recursos de padronização textual, como, por exemplo, os manuais de redação e o copidesque – se fez em detrimento da sua identificação com a figura do repórter. Paradoxalmente, a ênfase em formatos textuais do jornalismo americano pode ter significado, ao menos sob alguns aspectos, um *afastamento* do jornalismo brasileiro em relação àquele que supostamente lhe serviu de modelo. De certo modo, essa definição reafirmou a concepção do jornalismo como sendo uma atividade literária – uma literatura “técnica” em oposição à literatura com pretensões artísticas do passado, mas literatura de todo modo – em oposição à dimensão da coleta de informações (reportagem).

Além disso, e diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, essa definição serviu de base a uma concepção fundamentalmente elitista acerca do jornalista. Nos Estados Unidos, a mitologia que cerca a figura do repórter o aproxima primeiramente do cidadão comum. O repórter é o “cidadão bem informado”, e suas perspectivas estão firmemente enraizadas no senso comum (Campbell, 1991). Suas habilidades se definem antes pelo uso aguçado dos sentidos – o “faro” para notícias ou o “conhecimento da ponta dos dedos”

(Schudson, 1978: ?) – do que por um treinamento intelectual esotérico, e pela capacidade de se comunicar em termos simples com o cidadão comum (Hallin & Mancini, 1984; Darnton, 1990). O repórter é um sujeito mundano, cuja atividade é sob muitos aspectos física: o repórter é frequentemente descrito como alguém que “gasta a sola de seus sapatos” na busca pela notícia ⁴ ou, em outra definição popular, um “removedor de lama” (*muckraker*).

No Brasil, ao contrário, o advento da instituição disciplinadora do copidesque patrocinou um movimento dos jornalistas *para dentro da redação*, entendida como a fonte de uma purificação moral do jornalismo, como na declaração de Sousa de que “todo jornalista (...) representava um vício”, citada mais acima. O discurso sobre a importância do copidesque para a modernização do jornalismo brasileiro tem características que permitem classificá-lo como promovendo um tipo de ascetismo voltado para a vida cotidiana, com algumas características em comum com aquele descrito por Weber (2001) em seu estudo clássico sobre a influência do protestantismo ascético sobre o “espírito do capitalismo” ⁵. Vários dos temas identificados por Weber também se fazem presentes neste discurso: a presença de um grupo de “eleitos”, o sentido de missão (ou vocação) compartilhado por eles, e a renúncia às atrações do mundo sensorial que estabelece a base deste compromisso, dentre outros. Deste modo, o *lead*, racional na sua forma de composição e espartano no estilo, pode ser concebido como um antídoto textual contra o apelo desmesurado aos sentidos (representado pelos *excessos* estilísticos e pelo sensacionalismo).

É fácil perceber que a definição da atividade jornalística nestes termos afasta decisivamente o jornalista do cidadão comum. No plano *moral*, o jornalista é caracterizado como intrinsecamente superior ao cidadão comum, mundano e, particularmente, sobre aquele de hábitos populares ⁶. É provavelmente isto o que justifica a construção de uma nuvem de suspeição em torno da figura de Luis Paulistano, observada mais acima. O copidesque dá a este afastamento uma dimensão física, espacial: ele constitui uma fonte de pureza, um porto seguro que permite aos jornalistas se protegerem contra a insegurança moral que emana do mundo da rua. Além disso, a ênfase no copidesque permitiu configurar o novo modelo de jornalismo como uma atividade fundamentalmente *intelectual*, na direção oposta da ênfase no caráter *físico* desta atividade pelos americanos. A importância disto não é desprezível, se considerarmos a tradicional desvalorização do trabalho físico no Brasil, que Holanda (1989) credits a um legado da escravidão. Finalmente, ela empresta à linguagem jornalística a dimensão de *conhecimento esotérico*, fundamentalmente distinto do conhecimento do cidadão comum (embora

paradoxalmente se dirija a ele). Esta dimensão é ilustrada pelo depoimento que José Maria Mayrink faz sobre a sua iniciação no jornalismo, sob a batuta de um exigente editor:

A gente podia até ter medo dele, mas quem fazia mesmo a reportagem tremer era o Dídimo. Ele distribuía as pautas, conferia as informações, ditava o lead (abertura), cantava o estilo de cada matéria e, com sua voz metálica, destroçava quem tropeçasse na estrutura do texto ideal – *claro para ele, inatingível para nós*. (Mayrink, 2002, –grifo meu).

DO COPIDESQUE À OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA

Discursos sobre um passado tão excepcional quanto exemplar, os relatos sobre a construção da modernidade jornalística do Brasil na década de 1950 têm servido de base para um processo de auto-legitimação por parte de diferentes grupos de jornalistas. Para começar, há os remanescentes do processo de reforma, não apenas do exemplo pioneiro do *Diário Carioca*, mas também de outras que a ele se seguiram, como a reforma do *Jornal do Brasil* (Barbosa, 2007; Ribeiro, 2007) que reivindicam para si e para a sua geração um lugar transcendente como juízes da qualidade do jornalismo brasileiro. Provavelmente nenhum outro jornalista obteve tanto sucesso nesta reivindicação quanto Alberto Dines, cujo *site Observatório da Imprensa* se converteu na principal referência de *media criticism* no Brasil. Como observamos em outro texto, o *site* experimenta uma considerável ambigüidade em seu propósito fundamental: ele é tanto um fórum de debates, quanto um espaço normativo, estruturado em torno da figura de Dines (Albuquerque, Ladeira e Silva, 2002).

Uma segunda linha de apropriação deste discurso se refere a outras reformas jornalísticas, as quais, embora realizadas em outros contextos históricos e dotadas de características diferentes, reivindicam para si a continuidade do legado da reforma original. Particularmente importante, deste ponto de vista, é o modo como o fazem os ideólogos da reforma da *Folha de S. Paulo*, ocorrida na década de 1980 (especialmente Silva, 1991; 1992). De acordo com esta versão, os reformadores de 1950 vislumbraram os princípios jornalísticos corretos, mas faltavam a eles as condições objetivas para implementá-los concretamente. Em particular, destaca-se a ausência de um mercado sólido o suficiente para sustentar o desenvolvimento efetivo de um jornalismo comprometido com os valores da objetividade e da independência jornalística. Nesta versão, os pioneiros de 1950 desempenham o papel de profetas, que preparam o caminho da salvação para o messias vindouro. Uma analogia possível refere-se ao modo como a Bíblia

relaciona e diferencia os personagens João Batista e Jesus Cristo. O primeiro batiza com a água, mas só o segundo realiza o batismo efetivo, com o fogo do Espírito Santo. De modo similar, os profetas de 1950 apontam para o caminho da salvação, mas não são capazes de liderar o jornalismo através dele, pois lhes falta um mercado solidamente estabelecido, capaz de proporcionar aos jornais condições efetivas de independência frente aos interesses políticos particulares (cf. Albuquerque & Holzbach, 2007).

Por fim, uma terceira forma de apropriação deste discurso aponta a reforma do *Diário Carioca* como o momento inaugural do profissionalismo jornalístico no Brasil, e identifica o estabelecimento da obrigatoriedade do diploma específico em jornalismo para o exercício profissional da atividade como a sua consequência lógica. É no âmbito desta vertente que a caracterização da reforma como o produto de uma aliança da experiência profissional com o ensino acadêmico do jornalismo – que se expressa principalmente na ênfase na colaboração entre Pompeu de Sousa e Danton Jobim no planejamento da reforma – ganha todo o seu sentido. De acordo com esta interpretação, os cursos universitários em jornalismo complementariam e aperfeiçoariam o processo de institucionalização da reforma, iniciado pelo copidesque.

Um paradoxo se instala no seio deste argumento, contudo: não obstante o ensino universitário supostamente forme melhores jornalistas do que o mero aprendizado prático, a vigência do diploma obrigatório marca o fim da era dos jornalistas “notáveis”, “excepcionais”. Merece atenção o fato de que virtualmente todos os jornalistas “de referência” do país – uma lista que inclui, dentre outros, Cláudio Abramo, Jânio de Freitas, Clovis Rossi, Mino Carta, Élio Gaspari, além dos nomes que mencionamos mais acima – pertencem à geração *anterior* à obrigatoriedade do diploma específico para o exercício do jornalismo, não obstante o Decreto-Lei 972, que a estabeleceu já tenha quase três décadas. Como dar conta desta aparente contradição? É possível dizer que ela reflete a lógica do mito de criação, que destaca a excepcionalidade do ato criador em contraste com a banalidade do mundo cotidiano, mas isso não basta. Há um outro aspecto da questão que merece ser levado em consideração: ao definir o que é jornalismo por decreto (literalmente), a legislação herdada do regime militar retirou dos jornalistas a tarefa de fazê-lo (Albuquerque, 2006). Deste modo, o jornalista passou a ser definido antes pela natureza da sua formação do que pela sua prática efetiva. Em contraste com o papel *ativo* desempenhado pelas gerações anteriores na definição do que o jornalismo é ou de como deve ser exercido, o papel que resta aos jornalistas posteriores ao Decreto-Lei 972 é fundamental-

mente passivo: o que se espera deles não é tanto que intervenham no jornalismo e imponham sobre ele a sua marca mas, ao contrário, que se conformem a um conjunto de parâmetros que, em si mesmo, pouco tem a ver com a prática, mas com os requisitos que se consideram necessários para o exercício da profissão. Ao demarcar de modo absoluto e impositivo a diferença entre um antes criativo e um depois passivo, o Decreto-Lei se revelou um importante parceiro do mito de origem do jornalismo brasileiro moderno.

AFONSO DE ALBUQUERQUE é Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF).

NOTAS

1 O estilo textual do “nariz de cera” é usualmente apresentado como um traço específico do jornalismo brasileiro. Contudo, um olhar mais atento poderá identificar uma série de traços geralmente associados ao nariz de cera em práticas jornalísticas de outros países. Segundo Ryfe (2006) ao longo de todo o século XIX as convenções do texto noticioso incluíam o uso do relato na ordem cronológica (e não de importância), tomavam partido e não distinguiam claramente a informação da opinião, o que segundo o autor expressava uma cultura de participação e afiliação partidária.

2 Devo a Marco Antonio Roxo da Silva a atenção a este ponto.

3 O exemplo mais consistente de construção dos Estados Unidos como referente espacial mítico do jornalismo brasileiro é, talvez, o livro *O adiantado da hora*, de Carlos Eduardo Lins da Silva.

4 Um exemplo disto pode ser encontrado em Cater (1965: 1): “O bom repórter, diz-se, pode ser julgado pela condição das suas pernas. O sucesso no campo vem de uma combinação fortuita de sorte e do couro dos sapatos”.

5 Cabe notar que alguns dos principais dirigentes responsáveis pela reforma do jornal *Folha de S. Paulo* na década de 1980 retomaram de modo explícito a terminologia utilizada por Weber no livro para descrevê-la: Frias Filho, por exemplo, qualifica seu pai como um “puritano” (2003: 34).

6 A suspeição das classes médias em relação às classes populares ganhou impulso no breve período democrático que durou de 1946 a 1964, em face do advento de uma política de massas nos grandes centros urbanos. Frequentemente julgada como despreparada para o pleno exercício da cidadania, presa fácil dos demagogos populistas, a classe popular foi considerada por alguns setores da classe média como um obstáculo à modernização do país e, mesmo, uma ameaça à ordem democrática. Era, pois, necessária uma política de preservação do voto “de qualidade”. A manutenção da proibição do voto aos analfabetos pela Constituição de 1946 (ela perdurou até 1988) se explica dentro do mesmo contexto. Este elitismo encontrou na UDN (União Democrática Nacional) a sua melhor expressão. Vale citar, a este respeito, o depoimento, o depoimento de Arrobas Martins, presidente do partido em São Paulo: “Os udenistas eram sinceramente liberais, mas o liberalismo era contraditório, pois desejavam uma democracia cada vez mais aperfeiçoada, mas nunca se conformavam com o resultado das urnas. Tinham a plena consciência que formavam a elite brasileira e viam que essa elite nunca conseguia chegar ao poder

pelo voto. Então chegavam à conclusão: alguma coisa está errada. O eleitor está votando errado. E, para corrigir, precisamos de uma ação drástica; então vinha a pregação dos golpes, para depor aqueles que tinham sido eleitos e não pertenciam à elite, e por a elite no lugar deles. E ver se, colocando a elite no lugar daqueles que haviam sido eleitos, essa elite preparava, de fato, o povo para votar ‘certo’. Ou seja, o golpe para corrigir aquilo que o povo havia feito errado. E poder implantar uma democracia que permitisse que o povo acertasse!” (citado em Benevides, 1981; destaque no original).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de (2005). Another 'Fourth Branch': press and political culture in Brazil. *Journalism* 6 (4): 486-504.

_____. (2006). *A obrigatoriedade do diploma e a identidade jornalística no Brasil: um olhar pelas margens*. *Contracampo* 14: 73-91.

ALBUQUERQUE, Afonso de; LADEIRA, João Damasceno Martins; SILVA, Marco Antonio Roxo da (2002). *Media Criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa*. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* 25 (2): 166-189.

ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz (2007). As metamorfoses do contrato representativo: jornalismo e democracia no Manual da Redação da Folha de S. Paulo. In: *Atas do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política - Dezembro/2007 - Belo Horizonte/MG*.

ANDRADE, Evandro Carlos (2003). Entrevista. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org). *Eles mudaram a imprensa*. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV Editora.

BARBOSA, Marialva (2006). Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em Questão* 12 (2): 215-234.

_____. (2007). *História cultural da imprensa. Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita (1981). *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BLANCHARD, Margareth (1986). *Exporting the first amendment: The Press-Government Crusade of 1945-1952*. New York: Longman.

CAMPBELL, Richard (1991). *60 Minutes and the News: a mythology for Middle America*. Urbana and Chicago: University of Chicago Press.

Da MATTA, Roberto (1979). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

DARNTON, Robert (1990). *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras.

- ELIADE, Mircea (1985). *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70.
- FREITAS, Jânio (1996). Jornalismo com transparência e rigor profissional. Entrevista a Roseli Fígaro. *Comunicação & Educação* 7: 56-70.
- FRIAS FILHO, Otávio (2003). Um pai puritano e iluminista. In: Cátedra de Jornalismo Octávio Frias de Oliveira. *Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo: Publifolha.
- GIRARDET, Raoul (1987). *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo (1984). Speaking of the President: Political Structure and Representational Form in U.S. and Italian television news In: *Theory and Society*, 13: 829-850.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de (1989). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- KALLÀS, Mayra; DUME, Paula (2004). Um casamento perfeito. O catedrático Danton Jobim e o pragmático Pompeu de Sousa promoveram a maior reforma da imprensa brasileira. Texto disponível online em <http://lide.org/perfis/dantonpompeu.html>
- LAGE, Nilson (2002). À frente, o passado. In: Federação Nacional de Jornalistas (ed.) *Formação superior em jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*. Florianópolis: Imprensa da UFSC.
- LAGE, Nilson *et al.* (2004). Diário Carioca – o primeiro degrau para a modernidade. *Atas do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Florianópolis.
- MACHADO, Izamara Bastos (2003). A Reforma do Diário Carioca na Década de 50. *Atas do I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Rio de Janeiro.
- MAYRINK, José Maria (2002). *Vida de repórter*. São Paulo: Geração Editorial.
- MELO, José Marques de (2005). O pioneirismo de Danton Jobim na pesquisa jornalística brasileira. *Contracampo* 12: 12-22.
- MENDEZ, Rosemary Bars (2006). Pompeu de Sousa: jornalista, professor

e político. *Atas do NP Jornalismo do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação*. Intercom, Brasília (DF).

NERONE, John; BARNHURST, Kevin G. (2003). US Newspaper Types, the Newsroom, and the Division of Labor, 1750-2000. *Journalism Studies* 4 (4): 435-449.

PALMER, Michael (2003). Parisian Newsrooms in the Late Nineteenth Century: how to enter from the agency back office, or inventing news journalism in France. In: *Journalism Studies* 4 (4): 479-487.

RANTANEN, Terhi (2006). Foreign dependence and domestic monopoly: the European news cartel and U.S. Associated Presses, 1861-1932. *Media History*: 12 (1): 19-35.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart (2003). Memórias de Jornalista: Um Estudo Sobre o Conceito de Objetividade nos Relatos dos Homens de Imprensa nos Anos 50. In: FRANÇA, Vera et al. (ed.) *Estudos de Comunicação: XI COMPÓS*. Porto Alegre: Sulina.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart (2007). *Imprensa e história do Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-Papers.

RODRIGUES, Nelson (1977). *O reacionário*. Memórias e confissões. Rio de Janeiro: Record.

RYFE, David M. (2006). News, Culture and Public Life. A study of 19th-century American journalism. *Journalism Studies* 7 (1): 60-77.

SCHUDSON, Michael (1978). *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books, 1978.

SEVCENKO, Nicolau (1983). *A literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da (1991). *O adiantado da hora*. A influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus Editorial.

_____. (1992). Prefácio. In: JOBIM, Danton. *Espírito do Jornalismo*. São Paulo: Edusp.

_____. (2005). *Mil dias: Seis mil dias depois*. São Paulo: PubliFolha.

SOREL, Georges (1992). *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes.

- SOUSA, Pompeu (1990a). A revolução do lead. In *Imprensa*, nº 33: 56-57.
- _____. (1990b). Era uma vez o nariz de cera. Entrevista a Claudio Lysias. In: *Revista de Comunicação 7*: 22-24.
- TINHORÃO, José Ramos (1990). O máximo de notícia no mínimo de espaço. In: *Revista de Comunicação 7*: 24.
- TOTA, Antonio Pedro (2000). *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WEBER, Max (1971). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2001). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.